

Brindeiro quer investigação

Victor Soares/ABR

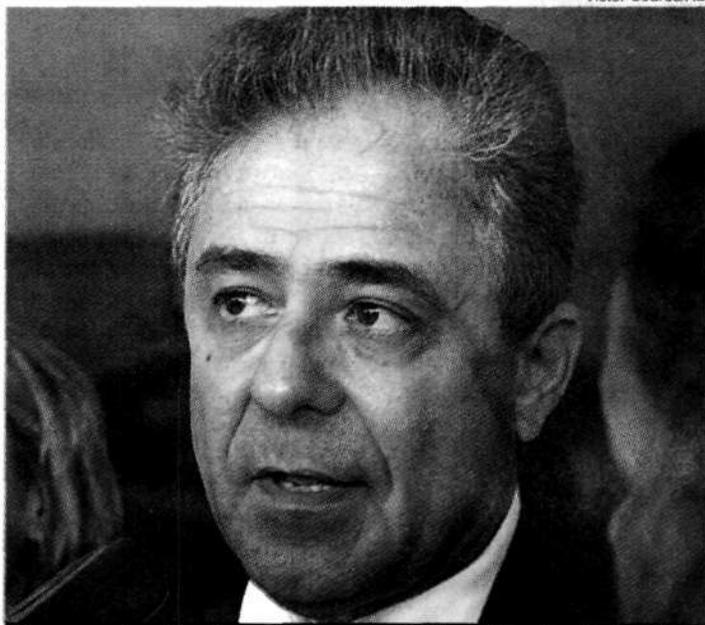
O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, defendeu, ontem, a abertura de inquérito para apurar a origem do R\$ 1,34 milhão encontrado no escritório da Lunus Serviços e Participações, da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), e de seu marido, o ex-gerente de Planejamento do Estado, Jorge Murad.

Brindeiro admitiu que a governadora pode ter cometido um crime eleitoral, ao afirmar que o dinheiro era para sua campanha política. "Arrecadação antes do prazo determinado pela Justiça é ilegal", afirmou o procurador.

A versão apresentada pela governadora e seu marido, para justificar a grande quantia apreendida pela Polícia Federal no escritório da Lunus, no dia 1º de março, também parece não ter convencido o procurador-geral da República, que deu parecer favorável à continuação das investigações.

Ao ser perguntado se havia acreditado nas versões apresentadas por Murad, Roseana e os advogados do casal, Brindeiro devolveu a indagação aos jornalistas. Ao ouvir a afirmação de que ninguém acreditava tratar-se de recursos de campanha, o procurador afirmou: "Eu também não. Isso terá que ser investigado no inquérito da Lunus".

O procurador não quis polemizar sobre as declarações de Roseana e seu marido, que disseram ser o R\$ 1,34 milhão



"Arrecadação fora do prazo é ilegal", diz Brindeiro

recursos arrecadados para a pré-campanha da governadora à Presidência da República, a sexta versão apresentada desde a apreensão do dinheiro.

Mas Brindeiro confirmou que a prática também é irregular. "Se for comprovado que era dinheiro de campanha, e se ela (Roseana) for candidata, isso será apurado em um processo na Justiça eleitoral", disse ele, afirmando que a pré-candidata do PFL ao Palácio do Planalto pode ser responsabilizada por abuso de poder econômico e até a inegibilidade. "A legislação eleitoral prevê isso, mas tudo tem que ser analisado à luz da lei."

"Existem várias versões. As buscas foram feitas para apurar

crimes de fraude e corrupção dentro da Sudam (a extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). Se o dinheiro não tem nada a ver com esse assunto, temos que investigar", disse Brindeiro, que esteve em Palmas junto com o diretor-geral da PF, Agílio Monteiro Filho, e o presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, Fernando Tourinho Neto, para averiguar o andamento das investigações sobre a Sudam e prestar solidariedade ao procurador da República no Estado, Mário Lúcio de Avelar, que está recebendo ameaças de morte. A decisão de investigar a origem do dinheiro encontrado na Lunus já era defendida pela PF.

26 MAR 2002

TRIBUNA DO BRASIL